

O Preço do Carbono

Empresas compraram uma floresta para compensar suas emissões, mas os habitantes locais estão pagando o preço.

No litoral sudeste do Brasil, no estado do Paraná, empresas americanas com pegadas de carbono significantes estão trabalhando para preservar mais de 20.000 hectares da Mata Atlântica. A ideia é simples: protegendo essas árvores, que absorvem dióxido de carbono, as empresas esperam adquirir créditos de carbono que lhes permitam poluir em outro lugar. Porém essa prática, conhecida como desmatamento evitado, é discutível, principalmente nas comunidades indígenas vizinhas.



Fotografia: Nicolas Villalume
Legendas: CWE

2009 - www.conversationsearth.org

Indicado como um "hotspot da biodiversidade" pela ONU, a Mata Atlântica do Brasil possui uma diversidade de plantas e animais comparável às florestas amazônicas. Mas após séculos de desenvolvimento, restam apenas 7% da floresta original. Então, pareceria uma boa ideia preservar a floresta, transformando árvores em compensações de carbono; e este é o objetivo afirmado da Reserva Guaraqueçaba. Mesmo assim, desmatamento evitado traz desafios, como a incerteza dos métodos atuais de medir carbono em árvores ou a possibilidade de "vazamento" (deslocamento de madeiras para outros locais). Uma questão chave no Brasil é o risco de colocar o destino de uma floresta nacional nas mãos de empresas particulares. Por estas razões, o sistema de comércio de carbono da União Europeia, que é mais lucrativo, negou o status de compensação aos projetos de desmatamento evitado – por enquanto.

A floresta de Guaraqueçaba tem uma população de aproximadamente 10.000 pessoas. Durante os últimos dois séculos, as políticas brasileiras causaram invasões constantes do território Guarani. As comunidades indígenas nunca obtiveram título formal para essas terras, nas quais existem pelo menos 60 sítios sagrados. O dirigente regional Leonardo Werá Tupa explica, "Antes que as fronteiras fossem delineadas entre Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, os Guarani já estavam aqui."

"Hoje, no litoral, há muitos povos indígenas. Na reserva que visitamos, há mais de 60 sítios arqueológicos. Quando a terra fica nas mãos dos ambientalistas, a intenção é de preservar a terra, mas acabam limitando muitas coisas para as pessoas que vivem em volta. Os Guarani têm regras que fazem parte da sua cultura. Há uma época para a pesca, outra para a caça – assim, tudo está sob controle. Até agora, esses atividades não causaram a extinção de nenhuma espécie animal.

"Os indígenas são os verdadeiros ambientalistas. São eles que preservam a terra. Os lugares que têm mais selva, melhor preservadas, estão nas terras indígenas. Isto é porque para nós, os Guarani, a natureza está viva e tem que ser respeitada. A legislação imposta aqui no Brasil já é complicada. E quando as empresas estrangeiras vêm por aqui, investindo nessa área e comprando terra, nos afeta ainda mais, porque causa até mais restrições."



Chegando na ilha Quara-Quara, Paraná, Brasil

Entre os anos 2000 e 2002, General Motors, Chevron e a maior operadora de usinas elétricas a carvão, American Electric Power, doaram US\$18 milhões à Nature Conservancy, uma organização de conservação com sede nos Estados Unidos. As doações lançaram uma experiência para transformar o carbono incorporado nas árvores de Guaraqueçaba em créditos de compensação. A Nature Conservancy repassou o dinheiro para uma organização brasileira de conservação, a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e



Guaraqueçaba, Paraná, Brasil



Leonard da Silva "Werá Tupa", Casa de oração na Ilha Cutinga, Paraná, Brasil

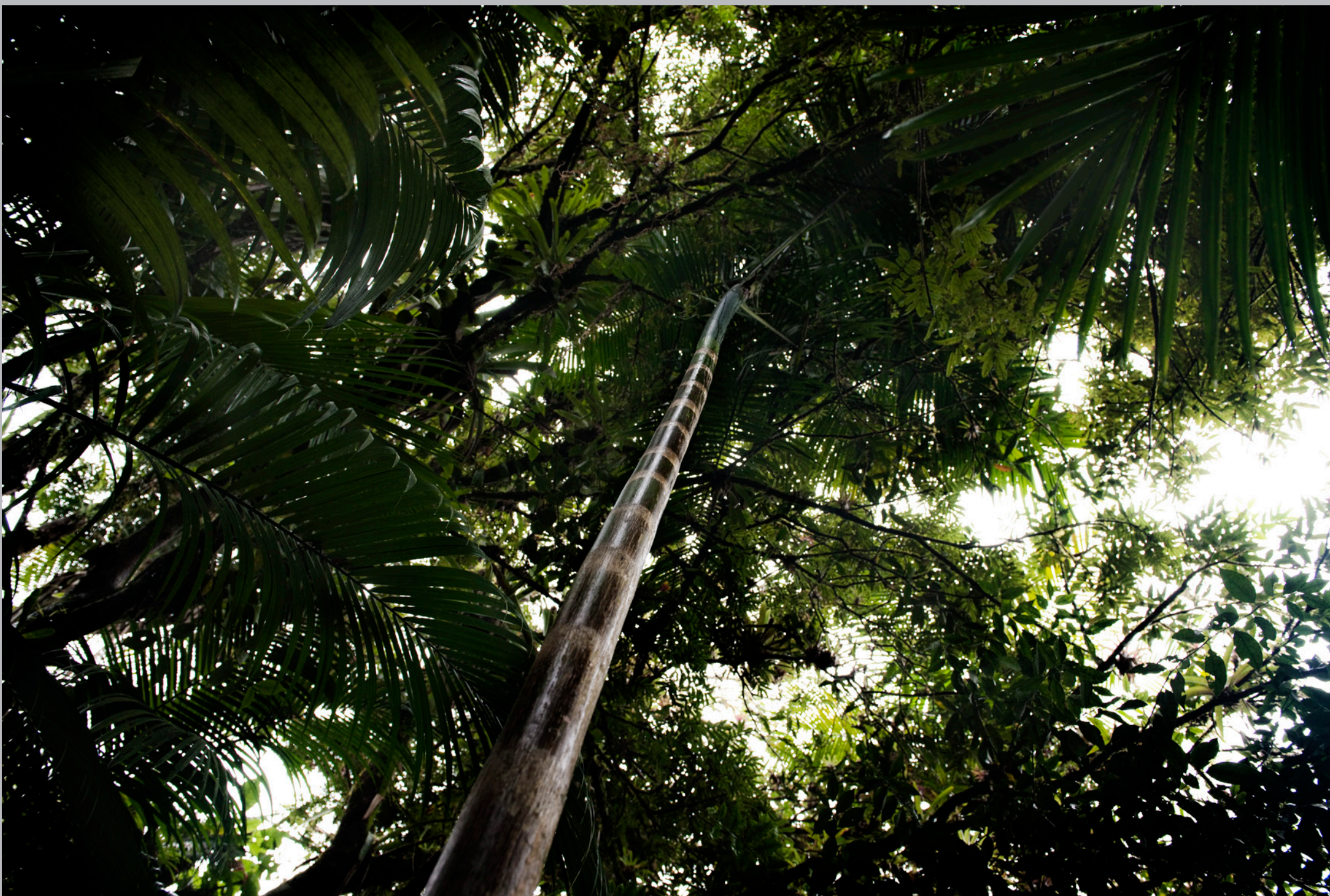


Educação Ambiental (SPVS), para comprar a terra e administrar a reserva, que fica perto da ilha onde vivem diversas famílias Guarani. As empresas não são donas das terras, nem das árvores, mas são donas do direito de possuir e comercializar o carbono nas árvores – que elas podem usar para compensar suas próprias emissões poluentes, ou podem vender a outras empresas procurando esse tipo de compensação.



Antônio Alves, o "Bitó", Ilha Quara-Quara, Paraná, Brasil

Em 2008, Antônio Alves, pescador e carpinteiro, cortou uma árvore na beira da reserva de compensação de carbono para consertar a casa da sogra. A Força Verde prendeu Antônio e o mantiveram na prisão por onze dias. Ele foi defendido pelo prefeito da cidade, um advogado que já representou dezenas de residentes que foram presos por atos similares.



"Palmito" palmeira, perto de Antonina, Paraná, Brasil



Jonas de Souza, Área rural de Antonina, Paraná, Brasil

A palmeira jucarã, ameaçada de extinção e fonte do delicioso palmito, está em estado de sítio em Guaraqueçaba. Contrabandistas cortam ilegalmente centenas dessas palmeiras de uma vez para processadores ilegais. Mas quando a Força Verde está patrulhando, geralmente prendem somente os residentes locais, que por gerações contaram com o sustento alimentar da floresta. Um palmito pode alimentar uma família de cinco pessoas.

Jorge Gonzales Wochnicki, que possui um sítio ao lado da reserva, diz que atiraram nele e o atormentaram quando buscava palmito na floresta. "A Força Verde não nos quer aqui. Eles não querem gente na floresta. Mas os seres humanos fazem parte do ecossistema. Toda essa riqueza que você vê por aqui foi preservada porque esse povo estava por aqui."

Jonas de Souza vive num assentamento ao lado da Reserva Guaraqueçaba, onde sua família cultiva banana, cacau e café. Quando um grupo local de conservação tentou comprar terras na área, a família de Souza e seus vizinhos recusaram a vender. Logo depois surgiram placas nas entradas da floresta ("Proibido caçar, pescar, cortar árvores ou retirar vegetação") e a Força Verde começou as patrulhas. As restrições sobre as práticas de sobrevivência criaram uma zona de pobreza regional: muitas pessoas cujas famílias viveram na floresta por gerações estão sendo forçadas a se deslocar para a cidade de Antonina ou a capital estadual de Curitiba.



Sino provisório, Área rural de Antonina, Paraná, Brasil



Oziel Fernandez, Na vizinhança da Reserva Morro da Mina



Karai Djeguaká Werá, Guaraqueçaba, Cerco Grande, Paraná, Brasil

O opyguá (pajé) Guarani na Ilha Cerco Grande, Karai Djeguaká Werá, está convencido que os guardiões tradicionais da terra sabem melhor como proteger a floresta. "Kaáguay ma ou arando nhande wy mby kuery pe", disse ele, significando, "toda sabedoria indígena vem da floresta." Quando foi estabelecida uma reserva de compensação de carbono próxima daqui, o Karai lembra, "Ninguém veio para nos consultar."

Numa comunidade próxima à Reserva Guaraqueçaba, um sino provisório é usado para anunciar as patrulhas da Força Verde. De repente, encontrando algo em comum com os indígenas, os agricultores não-indígenas estabeleceram relações formais com os Guarani durante o verão de 2009. Jonas de Souza lembra que quando era criança, "eu apanhava a minha vara de pescar e pegava peixe para a minha família ou para mim mesmo. Agora, você não tem nem o direito de andar na floresta para apanhar um palmito para comer. Eu seria visto como ladrão."

O desmatamento evitado ainda não foi aprovado para uso no mercado de carbono autorizado pelo ONU, e a União Europeia também ainda resiste a essa prática. Mesmo que os créditos de desmatamento evitado sejam negociados apenas numa bolsa de carbono pequena nos Estados Unidos, uma nova geração de jovens rurais brasileiros poderiam crescer como Oziel Fernandes, de 20 anos – com cercas, a Força Verde, e restrições sobre a caça, a pesca e o plantio nas terras que sustentaram as gerações anteriores.